

CEF vai comprar R\$ 1,5 bi de dívidas estaduais

GAZETA MERCANTIL

18 MAR 1997

por Maysa Previdello
de Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem, em voto "ad referendum", uma resolução que autoriza a Caixa Econômica Federal (CEF) a comprar as dívidas de estados junto a bancos, referentes a Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), de curto prazo, e fundadas, de longo prazo. A estimativa do chefe da assessoria econômica do Tesouro Nacional, Pedro Alvin, é que o potencial de dívida a ser refinanciada pelos estados deve ficar próxima a R\$ 1,5 bilhão.

Os bancos terão até 20 de junho para optar pela quitação dos débitos e só serão beneficiados os estados que assinaram o protocolo de reajuste de dívidas do Programa de Apoio a Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Segundo Avelino, a CEF vai pagar os bancos com recursos de captação própria e, em alguns casos, com deságios, dependendo dos juros cobrados pelas instituições em cada uma das operações. Depois de aprovado um pedido de suplementação orçamentária, que deve acontecer até o final do ano, o Te-

souro emitirá títulos para comprar da CEF o total da dívida. De acordo com Avelino, os títulos não terão prazo maior que 2 anos.

O desembolso aos bancos será menor que o total da dívida, devido ao deságio que será praticado no ato da quitação. O chefe do departamento de operações bancárias do Banco Central (BC), Gustavo da Matta Machado, disse que ainda não há uma previsão da média do deságio, uma vez que vai variar de acordo com as taxas cobradas de cada banco para cada estado. Os estados terão

trinta anos para pagar ao Tesouro o refinanciamento dos débitos.

A metodologia adotada para o levantamento dos saldos devidos atualiza as dívidas a partir do saldo de débitos verificados em 25 de setembro do ano passado. Sobre o saldo, será somada uma comissão de 0,47% referente à taxa de abertura de crédito. Ao resultado obtido, serão acrescentados o custo de captação da CEF e 0,5% de spread. Na avaliação de Alvin, o custo da operação para os estados é vantajoso graças ao spread, que é inferior aos cobrados pelas instituições financeiras.

Nenhum dos dois técnicos quis comentar o aspecto político da medida aprovada ontem. Para Alvin, a decisão "cria a possibilidade de trazer os bancos para perto do processo de ajuda aos estados". Ele preferiu não especificar quais seriam os ganhos reais para os bancos. No caso dos estados, segundo ele, a vantagem seria o alongamento do prazo da dívida. "Esse é o primeiro passo concreto no processo de renegociação das dívidas estaduais", comentou o chefe da assessoria econômica do Tesouro.